



**casadesarmento**

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4810-241 Guimarães  
E-mail: [casa.sarmento@csarmento.uminho.pt](mailto:casa.sarmento@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)

## SEARA HISTÓRICA

(Cont. da pág. 36 do vol. ant.)

Nova respigadura para crescimento da anterior não deixará, talvez, de convir. O campo é vasto e pobres são os feixes, o que não justificaria um descorçoamento, se há verdade no dizer-se que muitos poucos muito fazem. Ademais, não guardo tenções, como dito foi já, de organizar uma colectânea *vademecum* de utilidade histórica, mas somente as de compellar qualquer bom ânimo a tam benéfica quam árdua tarefa. Outra hora desenfadada leva-me ao arrumo de apontamentos e lembra-me a possível vantagem de engrossar o punhado oferecido. E eis os apartados para esta oportunidade:

As *pragas do Egipto* foram dez: 1.<sup>a</sup>, a da conversão das águas em sangue; 2.<sup>a</sup>, a das rãs; 3.<sup>a</sup>, a dos mosquitos; 4.<sup>a</sup>, a das moscas; 5.<sup>a</sup>, a da peste dos animais; 6.<sup>a</sup>, a das úlceras; 7.<sup>a</sup>, a da chuva de pedras; 8.<sup>a</sup>, a dos gafanhotos; 9.<sup>a</sup>, a das trevas; 10.<sup>a</sup>, a da morte dos primogénitos.

A *Legião Portuguesa* foi criada por decreto de 22-Dezembro-1807, de Junot, e partiu para Salamanca em fins de Março de 1808. Compunha-se de um corpo de exército com 9000 homens, em duas divisões. Teve por primeiro comandante o marquês de Alorna e por segundo, Gomes Freire. O supradito decreto ainda reduzia a 6 os 24 regimentos de infantaria portuguesa e a 3 os 12 de cavalaria.

*Tipografias de Lisboa* no século XIX (princípios): Arco do Cego (fundada em 1799 por Fr. José Mariano

da Conceição Veloso — incorporada na Imprensa Régia em 1805); Simão Tadeu Pereira; António Gomes; José António da Silva; António Rodrigues Galhardo.

*Impressores do século XVI*: Pedro Gonçalves Alcoforado, António Alvares, Afonso Lopes, João Alvares, João de Barreira, António de Barreira, Marcos Borges, João Blávio, António Ribeiro, André de Burgos, Cristóvão de Burgos, Martim de Burgos, Hermão de Campos, Roberto Rabelo, Francisco Correia, Pedro Craesbeeck, João Pedro de Bonhomini ou de Cremona, Jacob Cronberger, João de Endem, Gonçalo Fernandes, João Fernandes, João Quinquenio de Campana, Valentim Fernandes, Germão Galharde, António Gonçalves, Nicolau Gazini, Manuel João, António de Mariz, Manuel de Lyra, André Lobato, António Ribeiro, Afonso Lopes, Simão Lopes, Diogo Gomes Loureiro, Frutuoso Pires.

*Casa das rainhas*: constituiu-se com D. Leonor de Lencastre, mulher de João II. Em Junho de 1643 Luísa de Gusmão instituiu o *Tribunal da Fazenda da Casa e Estado das Senhoras Rainhas*, substituído pelo *Erário* por alvará de 15-Janeiro-1770. Extinguiu-a o decreto de 9-Agosto-1833.

*Pés de Castelo*: até à remodelação do Exército pelo conde de Lippe eram as guardas das fortalezas, compondo-se de ordenanças e tropas neutras.

*Reis de Armas*: António Rodrigues, 1513-35; Gaspar Velho, 1583; João de Perada; António de Carvalho, 1599; Manuel Teixeira; Baltasar do Vale; Martim Afonso; António Coelho; Francisco Gonçalves Carrasco, 1683; Manuel Leal, 1709-28; Manuel Pereira da Silva, 1730-55; Pedro de Sousa, 1755-60; Luís Rodrigues Cardoso, 1765-75; António Rodrigues de Leão, 1776-85; José Brabo, 1785-90; Joaquim Pereira Carosso, 1791-94; Manuel José Gonçalves, 1795-804; António da Silva Rodrigues, 1805-9; José Teodoro de Seixas, 1811-17; José da Cunha Madeira, 1817-23; Isidoro da Costa e Oliveira, 1823-34; António Gomes da Silva, 1834-52; Manuel Francisco de

Freitas, 1853-56; João Cardoso de Freitas, 1856-59; Joaquim José Valentim, 1860.

*Dízimos e primícias*: foram abolidos por decreto de 30-Julho-1832.

*Conselho da Fazenda*: foi criado por alvará de 20-Novembro-1591, tendo um vedor e 4 conselheiros; o decreto de 7-Janeiro-1641 elevou a 3 os vedores.

*Real Mesa Censória*: foi extinta em 1794 e seu núcleo passou para a Real Biblioteca Pública (hoje Nacional).

*Títulos dos reis portugueses*: cônsul ou comes — D. Henrique; infans ou regina — D. Tareja; infans (até Nov.<sup>o</sup>-1136), príncipe (até 1140), rex Portugaliae — D. Afonso Henriques; rex Portugaliae, rex Portugaliae et Argarbii — Sancho I; rex Portugaliae — Afonso II e Sancho II; comes boloniensis, procurator regni Portugaliae per summum pontificem, defensor procurator fratris sui (até 1249), comes boloniensis et rex Portugaliae, rex Portugaliae et Algarbii — Afonso III; êste último título usaram-no D. Dinis, Afonso IV, Pedro I e D. Fernando; governador e regedor do reino de Portugal e Algarve — Leonor Teles; defensor e regedor do reino de Portugal e Algarve (até à aclamação), rei de Portugal e Algarve (até à conquista de Ceuta), rei de P. e A. e senhor de Ceuta — João I; êste último título foi usado por D. Duarte e Afonso V (até 1448); rei de Port. e Alg., senhor de Ceuta e de Alcácer em Africa (até 1471), rei de P. e A., de aquém e de além-mar em Africa, rei de Castela, de Leão, de Port., Toledo, Córdoba, Sevilha, Galiza, Múrcia, Jaen, de aquém e de além-mar em Africa, de Algecira, Gibraltar, senhor de Biscaia e Molina (depois que casou em 1475 com a princesa Joana) — Afonso V, e depois das pazes com Castela, em 1479, retomou o usado até 1471; êste adoptou João II até 1485, ano em que acrescentou: e senhor da Guiné; êste usou Manuel I até 1508, aumentando-o depois para: rei de Port. e Alg., de aquém e além-mar em Africa, príncipe de Castela, Leão, Aragão, Sicília, Granada, senhor da Gui-

né (por julgar-se no direito da coroa de Castela) e para rei de P. e A., de aquém e de além-mar em Africa, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e India (após a chegada do Gama à India); rei do reino-unido de Port., Brasil e Algarves, de aquém e de além-mar em Africa, senhor da Guiné, da conquista, etc. (depois do Brasil feito reino); imperador do Brasil e rei de Port. e Alg., etc. (depois da separação do Brasil) — João VI; após a independência brasileira voltou à formula de Manuel I, que assim ficou até Manuel II.

*Viajantes ingleses* no século XVIII (fins): major William Dalrymple (1774), gentil-homém Ricardo Twiss (1776), brigadeiro Ferrier (1778) que usou o pseudónimo Artur Costigan e Beckford. Licknowsky veio em 1842.

O *elmo* sobre o escudo não se usava até ao tempo de Manuel I, assim como o *timbre*. Introduziu-os António Godinho, à ordem do rei e a exemplo da Alemanha e Inglaterra, mas a maior divulgação deu-lha João III.

A *sobrepeliz* e a *alva* marcam a inocência; o *cordão* que cinge os rins, a castidade e a modéstia; o *amicto*, a pureza do corpo e do coração (o elmo de salvação de S. Paulo); o *manípulo*, as boas obras, a vigilância, lágrimas e suores que verterá o padre para salvar as almas; a *estola*, a obediência; a *dalmática*, a justiça que empregará o padre no seu mister; a *casula*, a unidade da fé.

(Continua).

CARLOS DE PASSOS.